



A Política Militar Francesa

Maj Cav QEMA
AGNALDO DEL NERO AUGUSTO

"Senhores, convido-os ao silêncio. O plano de batalha foi traçado, o comandante está designado, a ele compete chefiar a operação." (Luiz XIV)

INTRODUÇÃO

Com a citação de Luiz XIV na batalha de Fontenoy, o Presidente da França pretendeu responder àqueles que não querem apoiá-lo e reagem à reformulação de alguns conceitos da estratégia militar formulada pelo General De Gaulle. (1)

Essa reação se fez sentir desde que o General Guy Méry, Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas francesas, trouxe a público que a defesa da França não começaria no Reno, mas sim no Elba.

Enquanto se afirmava que, no caso de ameaça soviética à República Federal da Alemanha, a França colocaria suas forças ao lado dos aliados ocidentais, não havia o que estranhar. Mas quando se adiantava que, neste caso, os exércitos franceses acampariam no Elba e não no Reno e, mais ainda, como chegou a anunciar a imprensa, que as posições a serem ocupadas naquela linha seriam todas na fronteira germano-tcheco-eslovaca, exatamente aquelas que lhe eram reservadas pela estratégia aliada, a reação começa a ganhar certo sentido.

(1) Essas reações provocaram, em julho do corrente, a reforma compulsória do Almirante Antoine Sanguinetti, o primeiro oficial francês a ser transferido para a reserva ex-ofício, nestas três últimas décadas.

É verdade que o General De Gaulle nunca disse que não se colocaria ao lado dos aliados em caso de conflito, nem esperaria que as forças soviéticas alcançassem o Reno para reagir.

O problema político se ampliou devido às declarações do General Méry. Ao não excluir a participação francesa na batalha para frente e propugnar pelo reforço de unidades convencionais, admite o citado general um conflito Leste-Oeste com duas dimensões, a nuclear e a clássica, e assume, coincidentemente, a posição norte-americana, preconizada, não faz muito, pelo antigo Secretário da Defesa dos EUA, James Schlesinger.

Dizia então Schlesinger: "Na era da paridade nuclear, não é possível que nos contentemos com um conceito de defesa da Europa baseado essencialmente no recurso rápido às armas nucleares. Uma defesa não nuclear da Europa é praticável e é igualmente desejável do ponto de vista de dissuasão, que tal defesa seja secundada a qualquer instante pelas forças nucleares do teatro de operações".

Para os *gaullistas*, a atual concepção de segurança francesa representa um salto atrás de 10 anos.

As objeções mais sérias parecem se centrar na rejeição feita na nova concepção francesa quanto à segurança, à tese do *tudo ou nada* nuclear. Isto seria para os *gaullistas* a renúncia à dissuasão.

É importante notar que, neste caso, comunistas e socialistas defendem a dissuasão nuclear. Certamente, esta é a primeira vez que os comunistas defendem o Poder Nuclear de um país do Ocidente. Os socialistas, que lideraram a oposição ao governo, interpelaram o Presidente da França para que declarasse, claramente, se resolveu abandonar a dissuasão nuclear estratégica.

É proveitoso, para o entendimento do problema, que recordemos que as políticas militares da França de De Gaulle

e dos EUA sempre se depararam com impasses. É verdade que impasses essencialmente políticos. De um lado, os EUA pretendendo manter a liderança sobre todo o Ocidente; de outro, a França desejando a liderança dos países da Europa Ocidental. Em conseqüência dessas posições, sempre divergiram quanto à forma de enfrentar o inimigo comum: enquanto EUA defendiam a necessidade da integração de todas as forças ocidentais, a França entendia ser viável combatê-lo com forças nacionais não-integradas.

O pensamento americano, de cerca de 13 anos atrás, era conhecido como a *doutrina Mac Namara*, que tinha como escopo no campo militar a constituição de uma força multilateral dos países ocidentais. Todavia, essa doutrina carregava em seu bojo as pretensões já destacadas, com base nas quais o teórico militar francês, General Pierre Gallois, classificou a *doutrina Mac Namara*, não como uma proposta para o estabelecimento de uma força multilateral, mas uma proposta para o estabelecimento de despesas multilaterais.

Ao considerarmos esses dados iniciais que afetam a questão em estudo, é interessante que tenhamos em mente também que, no momento, estão sendo negociadas em Viena, pela Alemanha Ocidental, os países do Benelux e os EUA, em nome da OTAN e pela Alemanha Oriental, Tcheco-Eslováquia, Polônia e União Soviética, representando o Pacto de Varsóvia, as RMEF — Reduções Mútua e Equilibradas de Forças, negociações a que a França se opõe e das quais recusou-se a participar.

Os EUA acharam que as RMEF proporcionariam proteção contra a pressão do Congresso, em Washington, pela retirada unilateral de forças americanas.

A França rejeita essas reduções com base no seguinte argumento: como as RMEF só tratam da redução de forças no coração da Europa, permite que os soviéticos façam o que quiserem fora dela; havendo tal desequilíbrio estrutural, acentuado pelo fato de que, enquanto as forças soviéticas se

afastariam um pouco para leste, os EUA levariam suas forças para o outro lado do Atlântico, não se pode chegar a um equilíbrio militar. É, como diz o Ministro do Exterior francês, "uma situação que não pode ser remediada em negociações".

Essas eram algumas informações que, refletindo aspectos da política interna francesa, bem como, revendo alguns fatos passados atinentes à sua política de segurança, nos pareceu interessante recordar para uma melhor compreensão das importantes decisões que a França vem de tomar.

Essas decisões foram reveladas em duas oportunidades, com enfoques e a níveis diferentes, pelo General Méry e pelo Presidente Giscard D'Estaing, no Instituto de Altos Estudos da Defesa Nacional da França (IHEDN), respectivamente, nos dias 15 Mar e 1.^o Jun, do ano em curso.

É com base nesses pronunciamentos que pretendemos desenvolver o tema proposto. Poderíamos apenas tirar deles as conclusões que nos interessam para a análise do problema. Todavia, nos pareceu interessante apresentar, pelo menos, as principais idéias neles contidas, por duas razões: a primeira, porque, contando o leitor com informações mais completas, tem possibilidade de tirar suas próprias conclusões; a segunda, porque essas idéias se nos afiguraram como muito interessantes de serem conhecidas, ainda que sinteticamente. Essas duas razões valem o risco que uma exposição longa sempre traz (2)

A NOVA ESTRATEGIA FRANCESA

A exposição do General Méry se dividiu em quatro partes, cada uma das quais visando a dar resposta às seguintes questões:

- Forças Armadas para fazer o que e como?
- Forças Armadas com que meios?

(2) O texto completo desses pronunciamentos foi publicado no número de Jun da Défense National e no O Estado de São Paulo, de 13 de Jun.

- Forças Armadas com que finanças?
- Forças Armadas com que moral? (3)

Pelas suas relações mais íntimas com o assunto em exame, trataremos das duas primeiras questões, nos fixando, particularmente, na primeira delas.

"Sanctuarisation élargie"

Na primeira parte de sua palestra, o general analisa a situação mundial e tira três conclusões:

- a primeira, que, neste mundo, não é suficiente um país dispor de uma economia forte, ter instituições estáveis, manter uma doutrina política vigorosa, ter acumulado uma cultura radiante; ele precisa também dispor de forças armadas que o situem no seu lugar no concerto das nações. A existência mesmo dessas forças constitui uma condição indispensável à eficácia das ações, susceptíveis de serem tratadas por outros meios, no quadro de uma estratégia que, doravante, não pode deixar de ser global;
- a segunda, que a busca da *détente* é um imperativo que se deve impor a todos; mas que será extremamente perigoso buscá-la sem dispor de meios para garantir a própria segurança;
- a terceira que esta segurança própria não pode ser verdadeiramente garantida, dentro do estado atual de coisas, fora da posse do armamento nuclear.

Com base nessas consequências, examina alguns conceitos de segurança.

(3) Segundo as palavras iniciais do General Méry, sua exposição respondia a indagações que lhe foram postas, previamente, pelos alunos do IHEDN e do Centro de Altos Estudos do Armamento (CHEAr), presentes à palestra.

Rejeita a concepção que denomina de *santificação total*, baseada na dissuasão nuclear, por julgá-la inviável do ponto de vista geral, político e militar. E apresenta, para essa rejeição, os seguintes principais argumentos:

- não levar em conta a *universalidade* dos problemas e conduzir a França à adoção de uma atitude muito próxima da neutralidade;
- não crer que a vontade nacional francesa seja a destruição em massa, ainda que, para assegurar a própria sobrevivência;
- não ser conciliável com a vontade francesa de promover uma entidade européia.

Não aceita, por outro lado, a doutrina de *todos os azimutes* que visa a intervir, quando necessário, por meios militares, em qualquer parte do mundo. A razão única apresentada para sua rejeição é ultrapassar, em muito, as possibilidades de uma potência média como a França.

Orienta-se, então, para um conceito intermediário que denomina *sanctuarisation élargie*.

Tal concepção deve garantir a integridade do território nacional francês; intervir, com toda ou parte de suas forças, nas áreas onde a segurança de seu território puder ser mais imediatamente ameaçada, ou seja, a Europa e suas proximidades imediatas, compreendendo, particularmente, a bacia mediterrânea.

Fora desse primeiro círculo, a França não pode pretender, mesmo com a liberdade de ação que lhe confere a posição do armamento nuclear, ir além de ações de forças restritas e limitadas no tempo, a ações de presença ou participações para manutenção da liberdade de suas linhas de comunicação ou a ações de apoio, que vão do auxílio técnico militar ao fornecimento de certos armamentos.

Dentro desse conceito, considera necessário poder intervir a todo momento e com o nível de forças conveniente, o que significa que essas forças devem estar permanentemente disponíveis. Recusa, pois, a idéia de um Exército ativo reduzido ou uma duração do serviço militar muito curta, que implique na necessidade de uma mobilização importante, incompatível com a rapidez do surgimento e desenvolvimento das crises.

Após analisar esses aspectos gerais que delineiam a nova concepção da estratégia militar francesa, passa a ver questões a ela concernentes e que vão clarificá-la.

1) *A participação francesa numa batalha na Europa*

Afirma aqui, como preâmbulo, que a estratégia francesa é inteiramente fundada sobre a idéia de independência. Essa independência do domínio militar, quer dizer que somente à França caberá decidir com que meios, onde e com que missão serão empregados. Uma independência de decisão, afirma, "que não conduz, necessariamente, a uma autonomia na ação".

Complementa: "É essa razão pela qual através dessa independência, jamais temos cessado de procurar os entendimentos ou os acordos particulares, como jamais deixamos de fazer parte da Aliança Atlântica. O que temos feito é deixar a organização militar integrada dessa Aliança, que implicava num grande abandono de nossa liberdade de decisão".

Dá, então, uma idéia mais precisa do que seja a *sanctuarisation élargie*, que gerou toda a celeuma a que já nos referimos, mas sem as deturpações apresentadas na imprensa.

"Dentro de tal esquema, nós não nos engajaremos no avanço desde o tempo de paz, até ocupar uma *améia* dentro do quadro da estratégia aliada de defesa para

frente. Mas não está de modo algum excluído, pelo contrário, que participaremos dessa batalha para frente. Eu penso mesmo, por minha parte, que seria extremamente perigoso para nosso país, se conservar voluntariamente afastado desta primeira batalha, ao curso da qual se jogará, de fato, a nossa própria segurança".

Depois de considerar vários motivos pelos quais não está excluída também a batalha na própria fronteira francesa, inclusive em função de outras possíveis ameaças, razões que justificariam o não empenho da França, desde logo, fora de seu território, considera as dificuldades do emprego das forças na batalha para frente e advoga uma participação da França, de preferência, em segundo escalão, naquela primeira batalha.

2) *O emprego do armamento nuclear tático (ANT)*

Considera o general, que o emprego eventual do ANT francês deve marcar claramente uma mudança na natureza do combate, devendo significar para o adversário a determinação da França de ir até às últimas consequências. Ressalta o caráter político que adquire, nestas circunstâncias, esse emprego, o que o torna uma decisão do mais alto nível governamental. Reforça essa idéia, chamando a atenção para o fato de que essa decisão ultrapassa uma simples situação local, havendo que se considerar, além do inimigo, o interesse aliado.

O ideal seria, comenta, que a ameaça de sua utilização pudesse impedir o combate, mas pode ser que seu emprego seja necessário e a autorização correspondente não seja imediata, o que levará os chefes militares a engajarem, na batalha, o essencial de seus meios convencionais.

Finalmente, após salientar a impossibilidade de estabelecer paralelo entre as armas disponíveis aos países europeus e aos americanos ou aos soviéticos, chama

atenção para a diferença que há na utilização desse recurso, para as duas superpotências e para os países da Europa central: enquanto o *santuário nacional* daquelas está distante, o destes constituirá o próprio teatro de operações.

Essa é uma razão de peso na modificação da estratégia militar francesa.

3) A perspectiva de uma defesa européia

As idéias apresentadas pelo General Méry a respeito de uma defesa européia podem ser assim sintetizadas:

- a impossibilidade de uma defesa européia sem uma união política européia, ou seja, sem a existência de um poder político europeu;
- a defesa européia, ao contrário de certas alegações simplistas, não poder ser feita somente em torno das forças nucleares francesas e das forças convencionais alemãs. Diz o general: "eu penso, neste particular, que seja necessário que as forças convencionais francesas se tornem suficientemente numerosas, a fim de se contrabalançar com as poderosas forças convencionais de que se dotou a Alemanha Ocidental, há alguns anos, porque nenhuma verdadeira união pode ser realizada dentro de um desequilíbrio mesmo parcial". Neste aspecto, o general enuncia um princípio para, sobre ele, a seguir, criticar a forte influência dos EUA na OTAN. Lembrou-se bem, o General, do desequilíbrio das forças convencionais mas deve ter-se esquecido que, ao que se sabe, a Alemanha Ocidental não dispõe de meios nucleares e que um raciocínio idêntico, por parte daquele país, tornaria igualmente inviável essa união;

- finalmente, trata da dificuldade em se conceber uma defesa européia, totalmente independente de uma aliança com os EUA. Deixa, porém, bem entendido que uma Europa unificada permitirá encontrar, dentro de uma nova aliança, um melhor equilíbrio do que dentro da OTAN, onde o peso dos Estados Unidos é sem dúvida preponderante.

Forças Armadas com que meios?

Não desceremos aos detalhes da longa exposição feita pelo General Méry a respeito dos meios com que pretendem os franceses dotar suas forças armadas. Trataremos apenas da orientação geral que norteará essa evolução e que se funda em três idéias básicas:

- O esforço nuclear feito pela França, sem dúvida necessário, conduziu a um desequilíbrio de suas forças, detimento das forças convencionais. Face a uma série de razões que alinha, mostra o equívoco em se manter essa tendência e conclui pela necessidade de se buscar um equilíbrio mais harmonioso entre as forças nucleares e convencionais;
- Além do desequilíbrio das forças, salientado no item anterior, as forças convencionais estão organizadas, equipadas e, particularmente, estacionadas, em função exclusiva da hipótese de um conflito maior contra o Estado. "Esta hipótese, embora a mais perigosa, não é a mais provável" diz o general. Chama então a atenção para o fato da manutenção pelo bloco soviético, de um potencial militar, extremamente importante, ao longo de toda a *cortina de ferro*, o qual se constitui, ao menos inicialmente, numa forma de fixação, que lhe permitirá os movimentos bem mais longos pelos flancos, de que os eventos de Angola, são indícios inquietantes. Neste ponto, fica clara a preo-

cupação dos militares franceses em não manter todas suas forças face ao Leste, mesmo que a ameaça a seu território só pudesse partir dos soviéticos, pois isso deixaria desguarnecidas suas demais fronteiras, particularmente as marítimas, o que não impediria a ação dos próprios soviéticos nas mesmas. Esta, talvez seja uma das fortes razões, porque não desejam se empenhar, desde logo, na batalha para frente e a preferência em atuar naquela em segundo escalão. (4)

- O terceiro ponto decorre, ainda, da crítica à organização das forças francesas, na qual teria imperado a ambição em querer, de maneira muito cartesiana, organizar tipos de forças adaptadas a cada tipo de missão. Isto se verifica, particularmente, no Exército, onde se encontra uma divisão um tanto artificial entre forças de manobra, forças de intervenção e forças de defesa territorial. Em sua crítica, diz o General: "como o esforço não pode ser geral, encontramos uma força de manobra corretamente equipada e bem treinada, uma força de intervenção exterior bem treinada, mas insuficiente quanto a seu equipamento e valor, e uma força de defesa territorial, cuja missão nunca foi claramente especificada, sacrificada em seu equipamento". Com base nestas observações esboça o que pensa deva vir a ser o aparelho militar francês, dando as diretrizes que orientarão o desenvolvimento das forças nucleares e convencionais para as três forças singulares. (5). Em síntese, podemos dizer que a reorganização das Forças Armadas fran-

(4) É conhecida a vulnerabilidade do flanco meridional da OTAN, onde a própria geografia da região torna sua defesa difícil, além de si existirem culturas antigas e totalmente dispareces, fisicamente separadas por montanhas, territórios neutros ou mares. Também é notória a dependência desse flanco das linhas marítimas para questões vitais de defesa, bem como, a rápida diminuição da antiga vantagem numérica da OTAN no Mediterrâneo, e Oriente Médio, após haver alcançado suas aspirações na Europa Central.

(5) Na Seção Informações desta revista, podem ser encontrados dados atinentes à programação militar francesa de 1977 a 1982.

cessas se orientará por uma ênfase maior no desenvolvimento das forças convencionais e, para o exército, que nos interessa mais de perto, além de uma modificação na ordem de batalha, pela polivalência das U e GU.

A POLÍTICA DE SEGURANÇA

O discurso do Presidente Giscard D'Estaing repete, em muitos pontos, aspectos enfocados pelo General Méry. Mantivemos, no seu trato, critério semelhante ao adotado no caso anterior, todavia com uma diferença: enquanto no primeiro caso, vimos com mais detalhes certas partes do pronunciamento, neste demos um tratamento mais global, uma vez que mantendo sua estrutura, objetivamos apresentar um esboço do próprio processo decisório francês, que dela transparece. Alertamos, porém, que os subtítulos apresentados na exposição que se segue, não se encontram necessariamente como no original.

A conjuntura e o objetivo nacional francês

O problema que se apresentava dizia respeito à redefinição da estratégia francesa face a uma nova realidade ou, pelo menos, face a uma nova visão da realidade. Implicava, sobretudo, em vencer resistências internas, para se adaptar a uma política que já vinha se desdobrando. Exigiu, por isso, uma decisão do mais alto nível e, até mesmo, o reexame dos próprios objetivos franceses.

Inicia o Presidente o seu discurso, por uma análise da conjuntura mundial, onde considera uma França que se mantém historicamente como uma Potência Autônoma e como uma Potência Militar.

Depois de dar toda ênfase, através de longa exposição, a estes dois pontos históricos, considera a posição da França

no mundo. Nesse, vê duas superpotências: os EUA e a URSS e, como um caso à parte, a China, Estado potencialmente capaz de alcançar o *status* de superpotência, num bem grande número de anos. Situa a seguir um grupo de países com ordem de grandeza comparável, mas sem possibilidade de aspirar a condição de superpotência. São eles: o Japão, a Alemanha Ocidental, a Inglaterra e a própria França.

Após tecer comparações entre a extensão territorial e a população da França e das superpotências, e considerar o nível de desenvolvimento econômico da Alemanha Ocidental, superior ao francês, expõe o objetivo da França: "Nossa ambição, quer em matéria econômica, quer em matéria de segurança, deve ser a de colocar a França à frente desse grupo".

Na continuidade da análise da realidade mundial, o Presidente da França aprecia sob o aspecto da segurança. Vê, de um lado, um mundo superarmado sob a ótica do conflito Leste-Oeste, no qual os EUA e a URSS chegaram a um nível bélico sem precedentes e a um nível que não cessará de subir. Vê de outro lado, um mundo muito instável regionalmente, seja por razões ideológicas, seja por problemas de desenvolvimento, onde têm-se localizado as últimas perturbações que agitam o mundo. Reconhece que, no eixo Norte-Sul, as tensões não são da mesma índole e que nem o equilíbrio que se busca ai é procurado através de dispositivos militares, razão por que considera fadado ao insucesso qualquer esforço para solucionar as tensões ai existentes, dentro de uma mesma ótica Leste-Oeste. Enquanto adianta que as tensões Leste-Oeste levam a encarar a hipótese de um conflito de tipo *relativamente clássico*, pois, se o armamento não for convencional, o conflito será de qualquer modo militar, deixa subentendido o tipo dos conflitos no eixo Norte-Sul.

É com essa visão da conjuntura que irá enunciar as necessidades básicas para alcançar os objetivos colimados, agora apenas no campo militar.

As necessidades básicas e a capacidade de satisfazê-las

1) Necessidade de reflexão

É entendida como a necessidade de meditar para determinar o que fazer face a recursos escassos. Com vistas a essa necessidade o Ministério da Defesa e os EM trabalharam por mais de 18 meses e elaboraram o texto de uma lei de programação militar. Esta lei, levada ao Parlamento, define a programação militar francesa para os próximos seis anos.

2) Necessidade de meios

A decisão foi aumentá-los. Se isso não era possível há 10 anos atrás, com o corpo social e político de então, hoje a reação a essa decisão é positiva. O Parlamento francês aprovou a lei referida no item anterior, com expressiva maioria, uma das mais elevadas jamais registradas.

3) Necessidade de um esforço metódico de organização

Esta necessidade, que o Presidente reputou mais importante do que as anteriores, compreende uma doutrina a ser trabalhada nas escolas militares, em todos os escalões e em todas as oportunidades, a fim de preparar um instrumental de segurança de grande eficiência. Repousa também, na escolha de chefes capazes e em cinco idéias gerais, em cujo exame nos deteremos um pouco mais no próximo item, que apresentam feição de verdadeira diretriz.

Diretriz

1) Buscar, sempre, a posse das armas mais avançadas

Primeiro, porque se constitui numa necessidade ponderante da segurança.

Segundo, porque, dada a sua natureza, sua posse cria uma distância, sem precedentes no passado, entre as esperanças de ganho do agressor e o risco de perdas que a agressão lhe fará sofrer. Esta distância é a razão da dissuasão.

Neste aspecto, o esforço da França deve ser no sentido de manter-se a 3^a potência nuclear do mundo, devendo preservar seu esforço tecnológico, científico, e industrial, para possuir a arma nuclear e ser capaz de utilizá-la, de forma a manter o domínio dessa arma, à altura do que ela está destinada a ser anos vindouros.

2) *Inexistência de impasses*

O impasse a que se refere o Presidente Francês deve ser entendido por uma estratégia que, não podendo abarcar o feixe de hipóteses desejável, se contenta em cobrir a hipótese julgada mais importante, assentando a segurança sobre dispositivo que deixa hipóteses a descoberto.

"Não havendo um único tipo de conflito, a defesa não pode ser concebida em função dessa única hipótese", diz o Presidente.

Na continuidade de sua argumentação, refere-se aos numerosos conflitos surgidos desde a última guerra, que colocaram quase sempre em jogo, direta ou indiretamente, uma potência nuclear e foram resolvidos sem o uso do dispositivo nuclear e, até mesmo, sem a eventualidade de seu emprego. Além do que, admite então o Presidente, "a desestabilização da segurança se verificará também, no interior do território francês".

Assim, conclui, "a concepção estritamente lógica da hipótese única, a saber, da dissuasão como condicionante da tonalidade dos comportamentos, não se adapta à situação de uma sociedade e um universo desestabilizados,

que podem perfeitamente reagir de maneira desordenada e anárquica. Ao lado dos meios supremos de segurança, precisamos de uma espécie de presença de segurança, isto é, de ter um corpo social organizado em função dessa carência, dessa necessidade de segurança".

O Presidente Giscard D'Estaing utilizou o vocábulo "impasse", talvez visando mais os defensores da hipótese única que, por serem adeptos desta, advogam, por exemplo, uma marinha submarina, mas não chegam a dizer, como seria lógico, que a orientação por essa linha de raciocínio deveria implicar no desaparecimento da marinha de superfície.

3) *Não aceitar o tudo ou nada nuclear*

Com esta idéia o Presidente francês refuta a alegação de que a nova concepção da estratégia representa a renúncia à dissuasão, mas rejeita a idéia, defendida por muitos pensadores militares da própria França, segundo a qual, a concentração sobre um único meio, faça com que se veja unicamente tal meio, de sorte a se crer mais na possibilidade e na vontade de recorrer a ele, pois que seria este, ao mesmo tempo, o último meio.

O Presidente francês, ao contrário, diz crer que o tudo ou nada em matéria de defesa, põe em risco a credibilidade. Refere-se então, pela primeira vez, à instabilidade política nos países vizinhos da França.

"A França pode se ver face a situações complexas, como a de profundas perturbações em países vizinhos... Se, então, a França só puder falar e agir em função do tudo ou nada nuclear, faltará crédito à sua atitude."

4) *Fazer a batalha*

Nesta idéia, como o General Méry, o Presidente Giscard D'Estaing critica a organização das forças fran-

cessas e conclui que o "todo" da organização de defesa deveria ser constituído de elementos capazes de participar do combate.

Aventa a seguir a hipótese da implicação da França num conflito. Alega que alguns raciocinam como se um conflito fora do espaço nacional pudesse deixá-la totalmente alheia à batalha. Haveria, para esses, dois espaços; o espaço do conflito entre a Tcheco-Eslováquia e o Reno e o espaço francês, inteiramente pacífico, onde toda preocupação seria sustentar o esforço longínquo dos combatentes. "Não é uma concepção realista", diz.

"Efetivamente, no caso de um conflito e em virtude da rapidez dos meios de transporte e comunicações, especialmente aéreos, haveria um único espaço e o espaço francês estaria, desde o início, dentro do espaço de uma batalha, que seria geral e, se não há mais que um espaço, é razão para que se mantenha um único complexo militar nesse espaço".

5) *Um engajamento popular*

Esta questão se prende à opção entre ter forças armadas profissionais ou por convocação.

Considera o Presidente que, financeiramente, a primeira linha de ação é muito onerosa e portanto desfavorável, mas que este argumento não deve ser decisivo, pois se esta solução fosse a melhor, a França deveria fazer um sacrifício durante 10 a 15 anos até poder pô-la em prática.

A solução, porém, deve dar-se no plano da concepção política de segurança. "A segurança não deve ser considerada função particular, exigindo um engajamento popular. Apenas as funções especializadas devem ser desempenhadas por uma pequena fração do corpo social. A contribuição devida por cada francês à tarefa de defesa deve atingi-lo na vida e nas ocupações".

O Presidente Giscard D'Estaing encerra seu discurso com a citação apresentada em epígrafe, neste artigo, à qual aduziu: "agora que o programa está traçado, que os meios foram reunidos, não se deve gastar energia em torno destes últimos. É preciso fazer aparecer a capacidade de nossa organização militar, ao colocá-lo em prática".

CONCLUSÕES

Alguns analistas consideram que não houve uma efetiva mudança na estratégia francesa, apenas um ajustamento às necessidades de eficiência. (6)

Outros há que sustentam ter a França, simplesmente, adotado a posição preconizada por Schlesinger. Ambos são pontos de vista que guardam íntima relação com o pensamento de correntes políticas internas.

Já, o jornalista soviético Victor Louis, cuja opinião reflete muitas vezes a política do Kremlin, afirmou que as decisões francesas deverão provocar uma mudança na estratégia militar soviética na Europa, acrescentando que, na opinião dos estrategistas de seu país, a nova atitude francesa alterará o equilíbrio de forças em favor da Aliança Atlântica. (7)

A verdade é que a França decidiu mudar sua estratégia militar, ajustando-a à Política de Segurança que se desdobra desde o inicio do atual governo.

(6) Essa opinião é baseada no fato de a França manter cerca de 50.000 homens na RFA e estar obrigada, pelo tratado de Bruxelas, a dar ajuda imediata, automática, a seus parceiros europeus (todos pertencentes à OTAN) até 1998. E, mais, ao fato de a França ter deixado o Comando Integrado da OTAN, mas ter-se mantido ligada à essa organização como membro de seu Conselho e dos Comitês de Produção de Armamento e de Defesa Aérea Coordenada.

(7) Em artigo publicado no *France-Soir*, Victor Louis afirmou que Moscou considera a posição francesa como dirigida "diretamente contra a União Soviética" e, em função dela, se o EM das forças soviéticas já não o fez, provavelmente fará um reexame de suas atitudes.

A estratégia francesa era baseada no *tudo ou nada* nuclear. Foi assim concebida, mais como uma opção, imposta pela capacidade francesa em orientar seu esforço em uma única direção. Uma opção que parece ter sido política e militarmente acertada, à época em que foi tomada, atingindo seus objetivos de independência e prestígio internacional, mas que hoje se torna bastante perigosa.

A evidência da mudança é o esforço considerável que a França fará. Sua programação militar exigirá que dobre, em seis anos, o seu orçamento de defesa.

Essa programação permitirá-lhe á modernizar suas forças convencionais, tornando-as aptas e disponíveis para atuar além do território francês, nas áreas onde se faz mais imediata a ameaça à sua segurança.

Dar-lhe á as condições necessárias para participar da batalha *para frente* que, não só admite, como julga indispensável à sua segurança. Como consequência, passa a aceitar, respeitados certos limites relativos à sua independência de decisão, que no coração da Europa deva agir um único complexo militar, o que lhe leva a aceitar, também, uma dependência na ação entre os aliados ocidentais.

Ao mesmo tempo, sem cercear a evolução de seu armamento nuclear, até pelo contrário, reduz a importância relativa do mesmo em sua estratégia.

Essa nova estratégia pode ser assim resumida:

- na Europa, solidariedade de fato e de intenção a seus parceiros, dentro de seu conceito de *sanctuarisation élargie*, contribuindo, também, para a dissuasão de uma agressão na região;
- fora da Europa, apoio que vai do auxílio militar ao fornecimento de certos armamentos e mesmo, ações de força restritas, visando a contribuir para a segu-

rança dos países com os quais está ligada por acordos ou por uma solidariedade de fato, econômica ou cultural, o que implica no apoio, pelo menos a suas ex-colônias;

- no mar, estar em condições de proteger seus interesses e contribuir para a segurança do tráfego marítimo indispensável à continuidade de seu abastecimento.

Com sua *sanctuarisation élargie*, a França atende com mais flexibilidade e coerência às hipóteses de guerra, particularmente com o Leste, cuja ordem de preferência seria, segundo analistas ocidentais: coexistência pacífica; guerra convencional; guerra nuclear limitada; se tudo mais falhar, guerra total. (8)

Com essa concepção, a França se ajusta à estratégia de resposta gradual da OTAN e fortalece o bloco ocidental.

Esta consequência não significa, todavia, que a França tenha abdicado do não alinhamento automático a posições de outros Estados. A independência continua a ser princípio básico de sua política de segurança e não apenas de sua estratégia militar. Aliás, essa independência será observada em todas as suas atitudes e ações e juntamente com o equilíbrio se constituem na pedra angular de sua política de segurança.

É no exercício daquela independência e em busca do equilíbrio que se descartou das negociações de Viena, nas quais anteviu a possibilidade de um aumento do desequilíbrio estratégico europeu.

A coerência na aplicação desses princípios tem-lhe rendido bons dividendos, conduzindo-a à consecução de seus principais objetivos.

(8) A respeito do pensamento ocidental acerca da estratégia militar soviética, ver na *Military Review*, edição brasileira, de Fev 75, o artigo do TC Dallas C. Brown Jr., *Guerra Convencional na Europa — O Ponto de Vista Soviético*.

Essa sua posição política faz com que o Leste tenha que considerar, distintamente, a OTAN e a França e essa distinção, sem dúvida, crescerá à medida que venha a pôr, efetivamente, em prática a sua programação militar, em atendimento a sua nova concepção estratégica.

Esta posição permite à França movimentar-se, como peça importante, numa área que parecia destinada apenas às ações das superpotências. Ao mesmo tempo, essa distinção assegura-lhe, de fato, as condições, sempre almejadas, de liderança na Europa, liderança que, no futuro, se exercerá numa entidade política européia, móvel de sua política de segurança e que agora já caminha a passos menos lentos para sua concretização. (9)

Naturalmente a política de segurança da França não se restringirá a subárea estratégica da Europa. Deve se estender para fora dessa área em atendimento às preocupações francesas quanto à proliferação nuclear no Terceiro Mundo e ao controle exercido por certos Estados sobre as fontes de energia e matérias-primas. (10)

Nesta área, a ênfase da política de segurança não está assentada no campo militar. Nela é significativo observar que a França, que sempre se mantivera à parte, como sócia privilegiada da África, cuidando apenas das relações preferenciais com suas antigas colônias, realize ali um grande esforço político, não só junto a suas ex-colônias, mas também junto às ex-colônias de língua inglesa e portuguesa.

(9) A aceitação unânime do princípio de eleição direta, e não da indicação pelos governos dos representantes dos diversos países para o Parlamento Europeu, é considerada um passo decisivo para a concretização de uma entidade política européia. A França vê, nessa entidade política, a possibilidade dos países europeus poderem influir efetivamente, de maneira mais consentânea com suas posições de interessados maiores e mais diretos, na segurança européia.

(10) As preocupações francesas, quanto à proliferação nuclear no Terceiro Mundo, devem ter diminuído depois que conseguiu vender duas centrais nucleares à África do Sul e negocia a venda de uma usina de processamento de urâno ao Paquistão.

Ao lançar o diálogo Norte-Sul, a França ganhou boa posição na África e se insinuou como interlocutora entre os países ricos e os países em desenvolvimento. (11)

No seu desejo de desempenhar o papel de líder na África, a França propôs a criação de um fundo dotado de recursos depositados pelos países industrializados que tenham laços históricos com a África (vale dizer, seus parceiros da OTAN) e, possivelmente, os EUA. Além disso, pretende destinar 0,9% de seu PNB para a ajuda ao desenvolvimento naquele continente.

Não há dúvida que a penetração francesa na África deverá ser usada pelos seus parceiros europeus e mesmo pelos EUA, para contrabalançar o peso cada vez maior da URSS e dos países socialistas de uma maneira geral, no território africano. Isto fará crescer o prestígio da França, ao mesmo tempo que lhe garante as matérias-primas que lhe são indispensáveis (inclusive para sua política nuclear), tanto quanto os mercados que ali se lhe abrem e são imprescindíveis a sua desejada expansão econômica.

A sanctuarisation élargie que é apenas a estratégia francesa no campo militar, se ajusta assim à idéia global de segurança francesa, segundo a qual a segurança não abole a defesa mas a engloba e a ultrapassa pela diversidade de meios econômicos, políticos e militares que para ela concorrem, e se aplica, particularmente, à subárea estratégica da Europa.

(11) O resultado dessa política não tardou. Velo, não faz muito, logo após a III Conferência Franco-Africana, através do Presidente da Costa do Marfim, que disse: "Pedimos à França que seja nossa advogada junto a seus associados europeus e aos americanos, para que uma mesma vontade política os anime na busca da instauração de uma nova ordem econômica mundial".